

O auto-governo dos povos em Minas colonial

CARLA MARIA CARVALHO DE ALMEIDA¹

A proposta desta comunicação é apresentar algumas reflexões sobre os grupos de elite nas Minas Setecentista baseadas em minhas investigações sobre o tema. Nos últimos anos os estudos sobre as elites locais têm se configurado como uma temática de grande interesse para os historiadores que se debruçam sobre a América Portuguesa, sobretudo no que diz respeito ao papel que desempenhavam em relação ao poder central. O interesse por esse objeto está diretamente relacionado a uma renovação historiográfica internacional em que a ênfase nas formas de governos absolutistas das monarquias européias tem sido relativizada dando lugar a noções como debilidade do poder central, pluralismo político, autoridades negociadas e auto-governo dos povos. Diante destas novas orientações historiográficas também se modificaram as explicações acerca das relações entre as metrópoles e suas possessões coloniais. Nessa nova perspectiva a compreensão da configuração dos poderes locais, das diversas instituições presentes nas municipalidades e do comportamento das elites locais, tem despertado óbvio interesse não só nas sociedades europeias como também nas áreas coloniais. Embora com ênfases diversas e percepções teóricas por vezes distintas, comum a grande parte destas análises está a ideia de que nas sociedades do Antigo Regime, embora central, o poder do monarca era compartilhado com outras instituições ou grupos².

Meu objetivo é desenvolver uma discussão mais aprofundada e sustentada em base empírica mais sólida sobre a conformação que tomou nas Minas setecentista a ideia do auto-governo dos povos, entendido aqui como elemento central para a caracterização das monarquias católicas de Antigo Regime e para a compreensão da atuação das elites locais na América Portuguesa. Para tanto, minha proposta é acompanhar de modo intensivo a atuação de alguns personagens previamente selecionados como indivíduos de grande poder econômico, de grande capacidade de mando e de grande legitimidade social em duas esferas de suas vidas, nas quais

¹ Professora Associada do Departamento de História da UFJF. Este trabalho conta com o financiamento do CNPq e da FAPEMIG.

² É longa a bibliografia disponível sobre esta problemática. Indico apenas alguns dos autores que mais diretamente tem influenciado os historiadores brasileiros: António Manuel Hespanha, John Elliott, Xavier Gil Pujol, Jack Greene, Bartolomé Clavero, Pablo Fernández Albaladejo, Annick Lempérière. Merece ainda destaque um texto

2

entendo que a ideia de auto-governo se fazia norteadora de seus comportamentos. Uma esfera a que chamarei de coletiva (ou do que hoje chamaríamos da esfera pública), expressa centralmente em suas atuações na câmara municipal, mas também na ajuda que muitas vezes ofereciam às autoridades régias para a manutenção da ordem. E de outro lado, uma esfera de âmbito mais privado, qual seja, a gestão de suas casas, entendida aqui no seu sentido mais ampliado. Parto do pressuposto de que na sociedade do Antigo Regime a gestão da coletividade se orientava pelos mesmos princípios que norteavam a ação do *paterfamilias* na gestão dos negócios privados da família, ou da casa. A casa é entendida aqui, no sentido que lhe atribui Hespanha, como a unidade socioeconômica básica, na qual o chefe ou o *paterfamilias*, era “ao mesmo tempo, o titular de poderes de direção sobre os agentes produtivos (os membros da família, na sua acepção de consanguíneos, agnados e serviçais³), poderes que a teoria da época designava por poderes ‘econômicos’ (...) mas que coenvolviam atribuições que hoje designaríamos de ‘políticas’ (HESPANHA, 1992: 33)”. Interessa-me particularmente a investigação das relações destes indivíduos com os grupos subalternos como explicarei mais à frente.

No meu entendimento, justamente por não estar clara a distinção entre o que era da coletividade (ou público) e o que se definia como âmbito privado é que a noção de auto-governo pode nos ajudar a compreender o comportamento dos homens que integravam os grupos de elite nesta sociedade⁴. De acordo com Hespanha, em Portugal, até o final da idade moderna, persistiu a concepção de uma “aproximação entre o governo da república e o governo da casa, entre política e economia, e a consequente atenuação da especificidade do ‘público’ em relação ao ‘privado’” (HESPANHA, 1993: 133). A ideia de uma sociedade naturalmente hierarquizada na qual cada corpo social ou cada indivíduo (entendido sempre como pertencente ou representante de um grupo ou instituição) possuía um papel predefinido pela sua condição, explicaria a motivação e a forma de atuação dos camaristas para zelar pelo bem comum. Do mesmo modo, definiria o modo como estes mesmos personagens agiam ao conduzirem a gestão de suas casas (leia-se: como

relativamente recente de Jean-Frédéric Schaub publicado na revista *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, em que a questão sobre os estudos coloniais é pontuada e esta viragem historiográfica é de certo modo mapeada.

³ Que no caso da América portuguesa incluiria também os escravos e os índios administrados.

3

conduziam os negócios, como acertavam os enlaces matrimoniais de seus filhos e aparentados, como estabeleciam relações de compadrio com seus amigos e clientes e, no caso da América portuguesa, como se relacionavam com seus escravos e “administrados”).

Tomando como delimitação espacial a Vila do Ribeirão do Carmo, depois cidade de Mariana, sobre a qual já empreendi alguns estudos, minha intenção é, de um lado, analisar a forma de atuação desse grupo de homens ricos já mapeados nas vereações da câmara desta localidade, grosso modo, do período inicial de sua criação (1711) até o final da década de 1770. Paralelamente a essa análise, pretendo empreender uma investigação minuciosa de duas freguesias ligadas a esta Vila (São Sebastião e São Caetano), nas quais residiam alguns homens de grande destaque na região. Do ponto de vista metodológico o primeiro eixo da pesquisa se viabilizaria pelo levantamento e análise da documentação camarária (notadamente dos livros de atas e correspondências)⁵. O levantamento desta documentação permite não só o acompanhamento da atuação dos camaristas frente às situações cotidianas da vida local como também das formas de comunicação que mantinham com as instâncias mais centrais da malha administrativa da monarquia na América e no Reino. Possibilitaria, portanto, avaliar em que medida as câmaras mantinham vínculos de comunicação e dependência com o centro. Quanto ao segundo eixo proposto para a investigação, para aferir de modo efetivo as relações destes personagens com a gestão de suas casas e, sobretudo com os vínculos que estabeleciam com os grupos subalternos, minha estratégia é promover um levantamento exaustivo, intenso e minucioso dos registros paroquiais e da documentação cartorial das duas freguesias selecionadas por serem as localidades de moradia destes indivíduos e seus aparentados.

Como já destacado, gostaria de deixar indicado que o interesse pelo primeiro eixo de abordagem guarda direta relação com a minha participação no projeto coletivo desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos em parceria com pesquisadores de

⁴ Para uma discussão muito bem fundamentada e atualizada sobre a indistinção clara destas esferas na sociedade do Antigo Regime, ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). *História da vida privada em Portugal. A idade moderna*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2011.

⁵ É importante lembrar aqui o trabalho de pesquisa realizado pelas historiadoras Cláudia Chaves, Maria do Carmo Pires e Sônia Maria de Magalhães, no qual levantaram a composição de todas as vereações da câmara de Mariana desde sua fundação até os dias atuais. Este mapeamento nominal é extremamente útil, relevante e facilitador para a

4

diversas universidades brasileiras e portuguesas. Neste trabalho a preocupação central tem sido a apreensão das formas de comunicação política estabelecidas entre algumas localidades do ultramar e as instâncias centrais da monarquia portuguesa, notadamente o Conselho Ultramarino.

Já o segundo eixo de problemas é uma decorrência direta de minhas pesquisas individuais anteriores sobre a região das Minas Gerais e das minhas indagações ainda sem respostas para a plena compreensão do comportamento dos grupos de elite estabelecidos na região no século XVIII.

Alguns delineamentos teóricos

Tendo por linhagem a renovação historiográfica já mencionada é cada vez mais corrente entre os historiadores dedicados ao período a ideia de que, no sul da Europa (ou o que é mais ou menos equivalente, nas monarquias católicas da idade moderna europeia), prevalecia uma concepção de mundo na qual o Monarca era a cabeça da sociedade, mas não se confundia com ela. Para a monarquia europeia são referenciais os estudos já destacados de António Manuel Hespanha (HESPANHA, 1994) e dos espanhóis Bartolomé Clavero (CLAVERO, 1981) e Pablo F. Albaladejo (FERNÁNDEZ ALBALADEJO, 1992) que enfatizam a debilidade ou passividade da monarquia e o caráter corporativo da sociedade. Diante da concepção da sociedade como um organismo naturalmente ordenado, cabia à cabeça, identificada com a figura real, a prerrogativa de organizar o corpo social ou as várias instâncias que o compunham, fosse no reino, ou nas diversas áreas do ultramar integradas ao Império. Ainda segundo estes autores, ao Rei não cabia mais do que impor a justiça limitando-se a respeitar as diversas jurisdições concorrentes. No contexto do Antigo Regime, fazer justiça significava antes de tudo manter a harmonia entre todos os membros que compunham o corpo social, garantindo a cada um aquilo que lhe fosse próprio e de acordo com seu estatuto. Em outras palavras, garantindo foros, direitos e privilégios reconhecidos pela condição de cada um (HESPANHA, 1996: 123). Além disso, como argumenta Hespanha, na monarquia corporativa portuguesa os deveres políticos cediam frente aos deveres

identificação e cruzamento de dados relativos aos grupos de elite da região (CHAVES, PIRES e MAGALHÃES, 2008).

5

morais e afetivos, personificados nas redes clientelares que perpassavam de alto a baixo a sociedade (HESPANHA, 2001: 166).

Nessa concepção, cabia às comunidades não só a capacidade do auto-governo como também a interpretação do governo do Príncipe. Como tem destacado João Fragoso para o caso do Império português e Annick Lempérière para o Império espanhol, essa situação se verificava também para as possessões americanas dessas monarquias. Embora estes dois autores reconheçam as diferenças existentes entre as relações do centro com as periferias vividas no Velho Mundo, daquelas que se definiram nas Américas, é certo que as sociedades que se estruturaram nas áreas coloniais também tinham no seu topo o Príncipe e na sua base as comunidades e municipalidades. A noção de monarquia pluricontinental expressa de modo muito adequado a situação do Império português no Antigo Regime. O termo foi cunhado inicialmente por Nuno Monteiro que acentuou o papel fundamental das conquistas na reprodução da estrutura social metropolitana, a dependência financeira da Coroa frente às receitas imperiais, a importância do serviço à monarquia no ultramar para a reiteração das grandes casas nobiliárquicas e a capacidade de atuação autônoma das elites coloniais _ que ainda assim não deixavam de se comunicar constantemente com a monarquia, reafirmando a *centralidade do centro* (MONTEIRO, 2010: 337). Retomado por João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, a expressão foi também utilizada para afirmar que esta monarquia se caracterizava “pela presença de um poder central fraco demais para impor-se pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas” (FRAGOSO & GOUVÊA, 2009: 56). Na América portuguesa eram as municipalidades - na figura de suas elites, as responsáveis pelo gerenciamento cotidiano da vida econômica, da manutenção da ordem, da organização dos cultos e festividades religiosas, da manutenção dos bons costumes e até mesmo da garantia da governabilidade régia.

Desse modo, compreender como agiam os grupos de elite no gerenciamento deste mundo ultramarino apresenta-se como objeto instigante e fundamental. Também é certo que, no caso da América portuguesa, é necessário considerar que as elites locais, embora orientadas pelos mesmos princípios ordenadores da sociedade do Antigo Regime europeu de onde eram originárias, tiveram que se adaptar, além de criar *idiomas próprios* e estratégias específicas para

6

lidarem com as diversas “gentes” que conformaram a sociedade desta “grande Babilônia”. O encontro e a mistura de europeus letrados e rústicos, escravos africanos de diversas culturas e línguas, índios e _ à medida que vai avançando a colonização _, mulatos, pardos, crioulos e forros, davam a tônica desse Novo Mundo. Conseguir ordenar ou fazer tudo isso funcionar, não era tarefa facilmente exequível para uma monarquia débil de recursos, de agentes administrativos e de forças militares capazes de serem deslocados para um território tão distante e disperso. João Fragoso argumenta que, na América portuguesa:

A gestão do cotidiano – e com isto a transformação da torre de Babel em sociedade – era providenciada, em grande medida, no âmbito da república; ou seja, nas instituições locais, tais como os concelhos camarários, as ordenanças, as irmandades, dentre outros. E tudo isto feito consoante a concepção de mundo corporativa e, portanto, com a benção da monarquia e da Igreja. (FRAGOSO & GOUVÊA, 2009: 59).

Partindo dos pressupostos anteriormente delineados penso que é necessário avançarmos com os estudos sobre os modos de atuação dos grupos de elite que de algum modo viabilizaram a vida cotidiana nessa sociedade diversa e dinâmica e a própria presença das instituições e autoridades que representavam a monarquia nas diversas localidades ocupadas da América. Especificamente no caso de Minas Gerais, em minhas pesquisas anteriores procurei traçar o perfil social daqueles grupos qualificados como elites na região. Avancei também na análise das estratégias por eles utilizadas para se estabelecerem e se reproduzirem enquanto tal (ALMEIDA, 2010; 2009; 2007; 2006a; 2006b). Diversos outros trabalhos tem surgido nos últimos anos com perspectiva semelhante, o que tem permitido um conhecimento mais complexo sobre a composição e o perfil social destes grupos, sobre suas estratégias de ascensão e sobre as redes clientelares horizontais nas quais estavam envolvidos⁶.

No entanto, duas ordens de questões me parecem que ainda precisam ser com urgência investigadas. Penso que não basta conhecer o perfil e as características sociológicas destes grupos sociais, me parece que, para uma adequada apreensão da dinâmica desta monarquia pluricontinental, é também necessário compreender como atuavam politicamente estes homens.

⁶ São muitas as dissertações de mestrado e teses de doutorado que tem se dedicado a mapear os grupos de elite atuantes nas Minas Gerais do período colonial. Destaco aqui apenas alguns autores desta recente historiografia que também se propõem a traçar perfis e estratégias sociais desses grupos: Aldair Rodrigues, Roberta Sumpf, Ana Paula Pereira Costa, Sofia Antezana, Simone Cristina de Faria e Vígínia Trindade Valadares.

7

Só assim será possível definir com maior clareza as articulações efetivamente existentes entre ricos e pobres, entre poderosos e subalternos e entre os diversos centros e as diversas periferias do mundo do Antigo Regime.

Em estudo mais recente, António Manuel Hespanha elabora uma interessante análise sobre as formas de controle nas sociedades de Antigo Regime que, de certo modo, ajudam a orientar esta pesquisa. De acordo com este autor, nestas sociedades:

(...) os mecanismos de controle não eram, frequentemente visíveis e explícitos; não tinham lugares, centros ou nomes marcados; nem sequer, frequentemente eram tidos como tais. Tratava-se antes de um controlo imaginado, incorporado no controlo de si mesmo, sentido, antes de tudo, como um dever, por vezes duro, mas normalmente impiedoso, em relação ao qual apenas existia a obediência e a resignação (HESPANHA, 2011: 12).

Avançando um pouco mais esta reflexão, o autor alerta para a precária capacidade da monarquia em manter um contingente administrativo e militar, ou o que chamou de “agentes de autoridade”, que pudessem de fato exercer o controle sobre as populações. Nesse sentido, conclui, *a sociedade vivia sobre si*. Privilegiar a investigação da atuação de alguns membros da elite local à frente da gestão de suas casas e da câmara pode nos ajudar a compreender como atuavam politicamente (na vida privada e na coletividade) e a desvendar alguns desses mecanismos de controle não explicitados facilmente.

Algumas características dos grupos de elite nas Minas

Antes de avançar as reflexões é importante sistematizar algumas delineamentos já traçados para a caracterização dos grupos de elite na região das Minas no século XVIII. O ponto de partida da investigação que desenvolvi anteriormente sobre os grupos de elites em Minas Gerais foi a lista elaborada em 1756 com os nomes dos mais ricos habitantes da região. Mas afinal quem eram estes homens ricos? O que definia este grupo de homens ricos e o que lhes garantia a condição de elite ou de homens com grande poder de mando? A primeira constatação relevante da pesquisa é que, na região das Minas, existiam algumas pré-condições para aqueles súditos naturais ou estabelecidos na região que pretendessem reconhecimento social não só a nível local como também no âmbito do Império. Em primeiro lugar era necessário se construir

8 enquanto uma nobreza da terra⁷, o que implicava em: ocupar cargos concelhios; atuar na conquista e na defesa da soberania da coroa na colônia (muitos homens ricos participaram - e se referem a isso constantemente em suas solicitações de mercês-, do desbravamento do território da Minas; da contenção de revoltas locais; da viabilização da cobrança de tributos que recaíam sobre o ouro, sobretudo em situações de maior resistência; de ajuda ao Rio de Janeiro para expulsão dos franceses, etc.); integrar as ordenanças assumindo o postos de oficiais; possuir hábitos das ordens militares e/ou atuar como Familiar do Santo Ofício; estabelecer ou fortalecer laços de parentesco com outros membros desta elite (muito comum era a prática da endogamia no grupo e na família) e naturalmente, acumular cabedais ou preservar o patrimônio já adquirido pelos antepassados.

Em segundo lugar era preciso manter ou estabelecer vínculos fortes e decisivos com o centro do Império, o que podia ser feito pelo sistema de casamentos incorporando constantemente noivos recém-chegados do reino; pela colocação de descendentes ou aparentados no centro do Império (muitos filhos de homens ricos eram enviados para estudar na Universidade de Coimbra); ou ainda pela proximidade com altos funcionários régios, sobretudo com os governadores (era muito comum o estabelecimento de relações de compadrio entre os homens ricos e os governadores, que por vezes, apadrinhavam por procuração).

Em terceiro lugar era fundamental manter uma base local de sustentação política com fortes redes parentais, sustentando e reforçando constantemente os laços constituídos com outros membros da elite local, mas também, com vínculos fortes com os grupos subalternos (escravos principalmente).

É preciso considerar que decorrente desta pesquisa, tenho hoje disponível uma grande massa de informações sobre os homens que foram considerados como os mais ricos moradores das comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes da capitania das Minas em 1756. Como havia uma grande coincidência entre os homens considerados como os mais ricos e aqueles que se apresentavam na câmara municipal, essa diversificada fonte de informações foi reunida a partir do levantamento de distintos *corpus* documentais, será novamente muito utilizada para embasar a investigação atual. Só para indicar a medida desta coincidência, é interessante observar que dos

⁷ Para uma visão crítica em relação a aplicação desta noção para analisar a região de Minas Gerais, ver o estudo de Laura de Melo e Souza *O Sol e a Sombra* (SOUZA, 2006).

9

seis indivíduos que aparecem na lista de homens ricos como moradores da freguesia de São Sebastião, pelo menos 4 atuaram na vereança municipal. Como uma das metas daquela trabalho era acompanhar trajetórias, sem uma delimitação temporal muito exata, tais informações cobrem quase todo o século XVIII, concentrando-se mais essencialmente entre as décadas de 1720 e 1780.

Nesta nova etapa da investigação a proposta é refletir sobre os vínculos que estes grupos de elite estabeleciam com os setores subalternos. Parto do pressuposto de que, na região das Minas, o estabelecimento desses vínculos se constituía em um viés central para a boa gestão da casa. Para dar conta de desenvolver esta meta da pesquisa estruturei o encaminhamento metodológico em duas etapas. Como já destacado, com o intuito de levar à frente uma análise ainda mais minuciosa das relações clientelares verticais em que estavam envolvidos os grupos de elite, elegi São Sebastião e São Caetano, freguesias nas quais residiam alguns dos homens ricos de maior prestígio na região das Minas _ Maximiliano de Oliveira Leite, Caetano Álvares Rodrigues e vários de seus aparentados _, para um “exercício de micro-história”. A meta é levantar todos os dados dos registros paroquiais (casamentos, batismos e óbitos) disponíveis, da documentação cartorial e fiscal relativa às duas localidades, buscando estabelecer as possíveis conexões e redes de sociabilidade existentes entre os membros da elite e os homens livres pobres, os forros e os escravos. Como tem dito Fragoso em várias situações e em diversos projetos coletivos desenvolvidos atualmente pelo grupo de pesquisa ART, através do cruzamento desta documentação, podemos ter uma idéia da classificação social (hierarquia social) costumeira vivida na freguesia pelos paroquianos.

Neste caso, os aportes metodológicos que me orientam vem dos procedimentos da micro-história especificamente aplicados a fontes paroquiais como foi experimentado por G. Levi no texto *Centro e Periferia di uno Stato Assoluto*. Levi utilizou uma combinação dos registros paroquiais com cadastros fundiários, para apresentar a população de Felizano, uma pequena vila do Piemonte, em movimento (LEVI, 1985). Este estudo demonstra que o uso da micro-análise nos assentos paroquiais ajuda o pesquisador a apreender os recursos e as restrições através dos quais os agentes sociais construía e mudavam suas estratégias na dinâmica de suas interações com outros sujeitos. Sobretudo ajuda a recuperar as relações e interações entre senhores, escravos

10

e forros. Acredito que cruzando os dados dos registros paroquiais, com a documentação cartorial e os registros fiscais (refiro-me sobretudo aos registros dos quintos existentes no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana e na Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro), é possível recuperar o cenário em que se desenrolava o processo geracional da ação social ou o processo generativo daquela comunidade, conforme as palavras de Barth e Simona Cerruti (BARTH, 1981 e CERRUTI, 1998). Num segundo momento a proposta é vincular essa dinâmica social local à capacidade de alguns indivíduos de se alçarem a vãos mais altos na estrutura hierárquica do Império português.

A outra estratégia metodológica utilizada para mapear tais relações verticais é recuperar evidências mais dispersas, incertas e difíceis de serem encontradas, mas que ao mesmo tempo, quando nos deparamos com elas nos revelam as conexões destas relações de modo muito claro. Quando as cruzamos com as informações dos registros paroquiais elas se tornam ainda mais reveladoras. Claro está que este tipo de metodologia só pode ser bem sucedida se recortamos de modo muito circunscrito o objeto de investigação. Vou procurar exemplificar com alguns indícios já encontrados para tornar mais clara minha intenção.

Um desses tipos de evidências dispersas sobre as relações verticais em que se envolviam os homens da elite local foi localizada na documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino relativa à capitania de Minas Gerais. Tal documento é do ano de 1726 e se refere justamente aos dois importantes membros desta elite residentes em São Sebastião aos quais já me referi anteriormente. Trata-se de um requerimento elaborado pelo padre José Soveral de Miranda, Vigário da Igreja de São Sebastião, solicitando justiça contra as violências praticadas naquela zona pelos pretos e escravos de Maximiliano de Oliveira Leite e outros. Segundo o relato do padre:

(...) no fim de março deste presente ano, violentamente, sem atenção alguma ao hábito sacerdotal vieram cento e tantos pretos, todos armados, escravos de Maximiliano de Oliveira e de seu cunhado Caetano Álvares que vinham em seu regimento também armados e por sua sua ordem e mandato os ditos pretos arrombaram as portas e janelas do suplicante e entrando com o maior desacato em sua casa lhe mataram um preto por nome Jervásio, cabo verde, a facadas. Estando debaixo da cama roubaram do suplicante não somente 300/8 de ouro (420\$000) e várias roupas de seu uso ofendendo-o justamente na sua pessoa dando-lhe com um pau de que resultou meterem-lhe em sua costela adentro e lhe darem uma estocada e lhe atiraram um tiro com uma espingarda

que por arrebentar não fez efeito, cuja arma era alheia e o suplicado Caetano Álvares a pagou depois ao dono dela Pedro Soares (...) (AHU_ACL_CU_011, Cx.8, Doc.7).

Na argumentação do padre Soveral, o motivo de tal violência teria sido motivado por:

“(...) o não querer o suplicante confessar a uma mulher que o suplicado _ Maximiliano de Oliveira _ lhe foi pedir confessasse e que o suplicante repugnou por saber de ciência certa andava o sobredito amancebado com ela; e ser público e notório; e também por não pagar a oferta de 7 pretos e 1 homem branco que lhe morreu em sua casa e que havia o suplicante mandado enterrar na sua igreja e lhe tirar um monitório para lhe satisfazer o que lhe estava devendo. E como os suplicados são uns homens régulos, destemidos e apotentados, acostumados a usarem de semelhantes violências sem haver justiça que lhas encontrem: umas pelas dependências e outras pelos respeitos particulares destas mesmas violências e excessos, usaram para com o suplicante sem atenderem de ser um sacerdote (...).”(AHU_ACL_CU_011, Cx.8, Doc.7).

Anexos ao documento principal estão várias solicitações e certidões pedindo que os réus fossem punidos exemplarmente. O vigário solicitava que fossem expulsos das Minas, primeiramente para “se evitarem absurdos e subornações que lhes possam obrar para encobrirem as suas insolências, e o severo procedimento que com elas se deve ter. E sendo também presos enquanto se tira a dita devassa a que as testemunhas sejam obrigadas a virem depor a verdade, aliás serem presos, por se dever neste caso praticar com os suplicados um exemplar castigo”. O desfecho desta situação foi a realização da devassa, mas sem o resultado esperado pelo Vigário. Novamente o Padre Soveral recorreria ao Conselho Ultramarino, indignado com a pena tão leve aplicada aos escravos que praticaram tal crime. Pedia que fosse feita nova devassa e que esta não fosse realizada na região para que, em suas palavras: “se evitarem subornações para encobrirem sua insolência”.

É interessante perceber que, em diversas outras ocasiões tanto o referido Caetano Álvares quanto Maximiliano de Oliveira Leite, solicitaram mercês ao Rei argumentando terem usado seus escravos armados para defenderem os interesses reais (todas estas argumentações certificadas pelas autoridades – governador e câmaras). De acordo com as certidões inclusas no processo de habilitação para a Ordem de Cristo de Caetano, do ano de 1730, registrava-se que ele fora ao socorro do Rio de Janeiro quando da invasão dos franceses, às custas de sua fazenda, com armas, cavalos e 3 escravos armados; acompanhara D. Brás Baltazar da Silveira até o Rio das Mortes para acalmar uma sublevação; em 1721 auxiliara o conde de Assumar na contenção da revolta de

12

Vila Rica, com 20 negros armados (ANTT – HOC – Letra C - Mç.12, No. 6 – 1730). Ou seja, em todas estas situações o camarista e homem rico, Caetano Álvares, atuou para a preservação da governabilidade régia ao lado de seus negros armados. Nada disso é novidade, mas penso que explicar como tais relações eram possíveis e como se configuravam, constitui um desafio, que pode ser muito revelador para a compreensão das práticas mais cotidianas do exercício da autoridade das Minas. Lembrando que são essas práticas que garantem a própria presença da coroa (ou de seus representantes) na região, vide o exemplo da participação de alguns destes homens na contenção de revoltas e cobrança de tributos. Recuperar evidências empíricas sobre tais questões não é simples. Ou talvez se possa dizer que ela exige um empenho em busca de dados quase aleatórios.

Por outro lado, quando analisamos estas evidências que chamarei de esparsas e de caráter mais qualitativa, conjugadas com informações de outros *corpus* documentais (neste caso com os registros paroquiais, testamentos e inventários), algumas situações começam a ficar mais inteligíveis. Por exemplo, em uma primeira sondagem com os registros de casamento de S.Sebastião (1735 a 1755) é surpreendente a frequência com que os escravos e **administrados** dos dois referidos homens (Caetano e Maximiliano) receberam o sacramento do matrimônio. Foi o caso dos escravos Francisco Antunes e Rosa, que se casaram no dia 22 de junho de 1749, ambos escravos da casa de Caetano Álvares Rodrigues. Entre os dias 5 e 20 de outubro deste mesmo ano, mais nove casais de escravos desta casa se casaram. Um casamento por dia. Em 1746 casaram-se Sebastião Paes e Maria, ambos carijós administrados pelo Guarda Mor Maximiliano de Oliveira Leite.

Conjugando ainda um outro grupo de informações, ficamos sabendo que, quando em 1750, D.Francisca Paes de Oliveira (esposa de Caetano) fez seu testamento (aberto em 1751), deixou libertos 8 de seus escravos e estabeleceu que “lhe passem logo cartas de alforria e que não se demore mais de um mês depois de meu falecimento”. Neste mesmo documento D.Francisca dizia que “em minha casa assiste Antônio Rodrigues natural de Angola, forro por carta que lhe passei de alforria e a este pertencem como seus, os escravos Domingos de nação Congo, Manoel de nação Congo, e Caetano Cabú. Os quais escravos adquiriu com autoridade e consentimento

13

meu e do dito meu marido. E ao Antônio Rodrigues deixo esmolas de 100\$000 pelos bons serviços que dele sempre recebi.”

Todas estas informações conjugadas nos permitem supor que a capacidade destes indivíduos socorrerem as autoridades coloniais, centradas quase sempre no uso de escravos armados, estava assentada em negociações estabelecidas com estes grupos. Não estou querendo com isso sugerir que a permissão para o casamento ou a possibilidade de acumulação de pecúlio, citados acima, fosse um ato linear de benevolência e concessão senhorial. Penso, no entanto, que podem indicar a existência de um processo de negociação constante entre senhores e escravos (com interesses específicos de ambos os lados), que garantiriam a construção de uma relação de “confiança” que, do ponto de vista dos senhores os tornava seguros para armarem seus escravos para atuarem ao seu lado em atividades bélicas e, do ponto de vista dos escravos, os tornava “aliados” de seus proprietários.

Um outro tipo de evidências dispersas que consegui localizar diz respeito, ou revela alguns traços da relação destes homens ricos com o que chamarei, por ora, de “homens livres pobres” (nesse caso, uma mulher), que na minha opinião é o mais difícil de mapear. Em um processo de ação cível datado de 1740, o Coronel Caetano Álvares aparecia autorizando o uso de alguns regos d’água de sua propriedade para tocar a roda de mandioca de uma órfã sua vizinha e afilhada. Dizia no documento que:

(...) por ser senhor e possuidor de dois regos d’água que passa pela roça que ficou do defunto João da Silva Guimarães (...) e nenhuma posse tinha o dito João da Silva nem seus antecessores, não tinha dúvida de sua própria livre vontade por fazer esmola à filha órfã que dele ficou, de consentir (...) em que a dita órfã ou os compradores da tal fazenda armem roda de mandioca e se aproveitem da água que lhe for necessária para se poder sustentar e moer com a água que nasce em um dos córregos formado abaixo do rego de cima do dito Coronel (...) (CSM - Io Of. – cod.467 – auto 10352).

Tais situações nos dão algumas pistas sobre como se construíam ou se estruturavam “**as muitas dependências**” que os moradores tinham para com estes homens _ às quais se referia o Vigário José Soveral, que os tornavam, nas palavras do clérigo, uns “**homens régulos, destemidos e apotentados**”. Era com base nestas várias dependências e entrelaçamentos sociais que estes homens garantiam a legitimidade social para o exercício da autoridade e do auto-governo de suas casas e da coletividade. Lembrando novamente que estes eram os homens dos

14

quais a coroa portuguesa dependia para o recolhimento dos quintos, para a contenção de revoltas locais, e até mesmo para a garantia da integridade de seu território (caso da expulsão dos franceses do Rio e dos combates em outras frentes expulsando estrangeiros invasores), como atestam as certidões do governador para os feitos do Coronel Caetano.

Tais indicações empíricas me fazem acreditar que, se estamos de acordo com as noções de António Manuel Hespanha, que argumenta que as redes clientelares cimentavam as relações sociais nas sociedades do Antigo Regime, é preciso ampliar e radicalizar a aplicação dessa noção também para a apreensão das relações verticais – para baixo, principalmente, entre os grupos sociais. Ainda hoje, muito mais centralmente aplicada para a compreensão de relações horizontais ou quando muito entre grupos ou indivíduos das camadas sociais mais destacadas.

Ligada a esta questão, como já alertou Sílvia Lara, é preciso conectar duas tradições historiográficas muito ricas e desenvolvidas nos últimos anos, mas que não dialogam de forma efetiva: aquela que apreende a questão dos poderes no Império português e a historiografia da escravidão (LARA, 2005: pp.21-38). A primeira avançou muito no que diz respeito a pensar os grupos de elite e suas relações com as instituições coloniais (locais) e reinóis (centro do império) e também no que diz respeito às interações intra-elites. No entanto, só agora começa a avançar mais substancialmente nas investigações das relações entre indivíduos situados nas distintas escalas hierárquicas nestas sociedades. A historiografia da escravidão no período colonial tem avançado enormemente no que diz respeito a resgatar o escravo como agente e sujeito de sua própria história. Resta, no entanto, ligar mais radicalmente tais considerações ao universo de explicação da configuração da sociedade colonial. Ou seja, é preciso que nos perguntemos: qual o impacto das relações entre senhores e escravos para a conformação das relações políticas e das instituições que configuram o poder na sociedade colonial?

Finalmente, a pesquisa se propõe a analisar a documentação camarária (notadamente dos livros de atas e correspondências) existente na Seção Colonial do APM relativos à Câmara de Mariana para o período delimitado na pesquisa (1711-1780). O levantamento e cruzamento desta documentação com outros *corpus* documentais (principalmente com as correspondências registradas nos avulos do AHU), permitirá recompor não a atuação dos camaristas frente às situações cotidianas da vida local como também as formas de comunicação que mantinham com

15

as instâncias mais centrais da malha administrativa da monarquia na América e no Reino. Possibilitará, portanto, avaliar em que medida as câmaras e seus oficiais mantinham vínculos de comunicação e dependência com o centro.

Bibliografia referida:

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Vivendo à lei da nobreza nas Minas Setecentistas: uma discussão sobre estatuto social na América Portuguesa. In: *Anais do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP*. Mariana: UFOP, 2009.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2007, p. 129-202.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Do Reino às Minas: o "cosmopolitismo" da elite mineira setecentista In: FRAGOSO João; FORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. 1 ed. Vitória : Edufes, 2006, v.1, p.331-356.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. 1 ed. Juiz de Fora : Editora da UFJF, 2006, v.1, p. 71-100.
- ANTEZANA, Sofia Lorena Vargas. *Os contratadores dos caminhos de ouro das Minas Setecentistas: estratégias mercantis, relações de compadrio e sociabilidade (1718 -1750)*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- CERRUTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças, PIRES, Maria do Carmo e MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal de Mariana*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008.
- CLAVERO, Bartolomé. Institución Política y Derecho: acerca del concepto historiográfico de "EstadoModerno". *Revista de Estudios Políticos*, n. 19, 1981, pp. 43-57.
- COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade*. Vila Rica (1735-1777). Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- ELLIOT, John Elliott. A Europe of Composite Monarchies. *Past and Present*, 137 (nov. 1992).

- FARIA, Simone Cristina de. *Os "homens do ouro": perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista*. Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Fragmentos de Monarquia: trabajos de historia política*. Madri: Alianza, 1992.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro, GOUVÊA, Maria de Fátima, BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João, GOUVEIA, Maria de Fátima. Monarquia pluricontinental e república: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. In: *Tempo*, vol. 14, nº 27, Niterói, jul/dez. 2009, pp.49-63.
- GIL PUJOL, Xavier. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. *Penélope: Fazer e Desfazer História*, n. 6, Lisboa, 1991.
- GREENE, Jack. *Negotiated Authorities. Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Charlottesville and London: University Press of Virginia, 1994.
- HESPANHA, António Manuel. A arquitetura da sociedade e do poder. In: *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. FRAGOSO, João Luís Ribeiro, GOUVÊA, Maria de Fátima, BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- HESPANHA, António Manuel. A monarquia: a legislação e os agentes. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). *História da vida privada em Portugal. A idade moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.
- HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições no Antigo Regime*. Lisboa: Cosmo, 1992.
- HESPANHA, António, M. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994.
- LARA, Silvia Hunold. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- LEMPÉRIÈRIE, Annick, *Entre Dieu et le roi, la République*. Mexico, XVIe - XIXe siècles. Paris, Les Belles Lettres, 2004.
- LEVI, Giovanni. *Centro e Periferia di uno Stato Assoluto*. Turin: Rosenberg & Seller, 1985.
- MONTEIRO, Nuno G. A 'tragédia dos Távoras'. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Fátima (orgs.). *Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). *História da vida privada em Portugal. A idade moderna*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2011.
- RODRIGUES, Aldair Carlos. *Limpos de Sangue: Familiares do Santo Ofício, Inquisição e Sociedade em Minas Colonial*. São Paulo: Alameda, 2011.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. La catégorie "Études coloniales" est-elle indispensable? *Annales. Histoire, Sciences Sociales* 2008/3 Editions de l'EHESS- 63e année, pp 625-646, 2008.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

17

SOUZA, Laura de. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STUMPF, Roberta G. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das Ordens militares nas Minas Setecentistas*. Doutorado. Brasília: UNB, 2009.

VALADARES, Virgínia Trindade Valadares. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Edições Colibri e ICIA, 2004.